

Revista da

# Defensoria Pública

do Distrito Federal

VOLUME 4 – Nº 01

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

## Dossiê Temático

Acesso à justiça no Brasil: desafios e propostas em múltiplos níveis

---

REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO  
FEDERAL

*Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship*

---

**Editor-chefe da RDPDF**  
Alberto Carvalho Amaral

ISSN Eletrônico: 2674-5755  
ISSN Impresso: 2674-5739

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal <i>Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship</i>	Brasília	v. 4	n. 1	p. 110	jan. abr.	2022
---	----------	------	------	--------	-----------	------

# **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

## **Defensor Público-Geral**

Celestino Chupel

## **Subdefensores Públicos-Gerais**

Dominique de Paula Ribeiro

Fabício Rodrigues de Sousa

## **Corregedor-Geral**

João Marcelo Mendes Feitoza

## **Ouvidora-Geral**

Patrícia Pereira de Almeida

## **CONSELHO SUPERIOR**

Ricardo Lustosa Pierre – Categoria Especial

Reinaldo Rossano Alves – Classe Intermediária

Hialamy Paz Bandeira – Classe Intermediária

Denianne de Araújo Duarte – Classe Intermediária

Gabriel Morgado da Fonseca – Classe Inicial

---

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal  
vol. 4, n. 1 (2022). Brasília: Defensoria Pública do Distrito Federal, 2022.

*ISSN Eletrônico:* 2674-5755

*ISSN Impresso:* 2674-5739

Quadrimestral.

Disponível também online: <http://revista.defensoria.df.gov.br>

1. Direito. 2. Assistência Jurídica, periódico. 3. Defensoria Pública, Brasil. Escola de Assistência Jurídica

---

CDDir 340.0581

Ficha catalográfica elaborada pela Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

## **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**

*Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship*

### **Coordenação e distribuição**

Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal (EASJUR)  
Endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi Esplanada Bussiness, térreo  
70.711-070 - Brasília/DF Tel.: (61) 3318-0287  
Visite nosso site: <http://revista.defensoria.df.gov.br/> E-mail: [escoladpdf@gmail.com](mailto:escoladpdf@gmail.com)  
Diretor: Evenin Eustáquio de Ávila

### **Conselho Editorial**

Alberto Carvalho Amaral, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.  
Ana Luiza Barbosa Fernandes, Defensora Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.  
Antônio Carlos Fontes Cintra, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.  
Fernando Henrique Lopes Honorato, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.  
Guilherme Gomes Vieira, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.  
Reinaldo Rossano Alves, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.  
Ricardo Lustosa Pierre, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

### **Conselho Consultivo**

Alexandre Bernardino Costa, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.  
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.  
Bruno Amaral Machado, Centro Universitário de Brasília, Brasília-DF, Brasil.  
Carlos Sávio Gomes Teixeira, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.  
Daniel Pires Novais Dias, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP, Brasil.  
David Sanchez Rubio, Universidad de Sevilla, Sevilha, Espanha.  
Élida Graziane Pinto, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.  
Gabriel Ignacio Anitua Marsan, Universidad Buenos Aires, Argentina.  
Jose Geraldo de Sousa Junior, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.  
Lourdes Maria Bandeira (*in memoriam*).  
Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.  
Talita Tatiana Dias Rampin, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

### **Editor-chefe**

Alberto Carvalho Amaral, Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.  
E-mail: [editor.revista@defensoria.df.gov.br](mailto:editor.revista@defensoria.df.gov.br)

### **Equipe Técnica**

#### **Layout da Capa e Diagramação**

EASJUR e RDPDF

Acesso aberto e gratuito – Matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores – Citação parcial permitida com referência à fonte.

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)  
Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

Indexadores: CAPES / Sumários.org / EZ3 / Diadorim / Latindex 2.0 / ResearchBib / Google Scholar / Livre / Index Copernicus International / Jisc / CiteFactor / ACAAP / U. Porto / Redib / Academia.edu / DOAJ / Oasisbr

## CORPO DE PARECERISTAS

- Ph.D. Adriane Melo de Castro Menezes (UFRR - RR, Brasil)
- Ph.D. Aline Camilla Romão Mesquita (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Ana Carolina Santos Leal da Rocha Bernardes (PUCMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Ana Miriam Wuensch (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Andreia Cabral Colares Pereira (PUCRS - RS, Brasil)
- Ph.D. Ângela Maria Carrato Diniz (UFMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Bethânia Suano Rezende de Carvalho (Universidade de Aveiro, Portugal)
- Ph.D. Carlos Henrique Rodrigues (UFSC - SC, Brasil)
- Ph.D. Cleunice Aparecida Valentim Bastos Pitombo (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Cristianne Fonseca Pereira Nascimento (PUGMG, MG, Brasil)
- Ph.D. Cynthia Pereira de Araújo (PUCMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Daniel Vieira Martins (UERJ - RJ, Brasil)
- Ph.D. Edison Tetsuzo Namba (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Fabio Tenenblat (UFRJ - RJ, Brasil)
- Ph.D. Gilda Maria Giraldes Seabra (PUCSP - SP, Brasil)
- Ph.D. Guilherme Lourenço (UFMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Jeferson Ferreira Barbosa (Universitat Regensburg, Alemanha)
- Ph.D. João Adolfo Ribeiro Bandeira (UFCA - CE, Brasil)
- Ph.D. José Aurélio de Araújo (UERJ - RJ, Brasil)
- Ph.D. Juliana Cesario Alvim Gomes (UFMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Juliana Ribeiro Brandão (EPD - SP, Brasil)
- Ph.D. Juliana Soledade Barbosa Coelho (UFBA - BA, Brasil)
- Ph.D. Juscelino Francisco do Nascimento (UFPI - PI, Brasil)
- Ph.D. Linair Moura Barros Martins (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Lourival Novais Neto (UFRR - RR, Brasil)
- Ph.D. Luciana Stoimenoff Brito (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Mauro Fonseca Andrade (UFRGS - RS, Brasil)
- Ph.D. Marcelo Romão Marineli (Univ. Mackenzie - SP, Brasil)
- Ph.D. Maria Eugênia Ferraz do Amaral Broda (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Mariana Alves Lara (UFMG-MG, Brasil)
- Ph.D. Marina Maria Magalhães (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Marisa Dias Lima (UFU - MG, Brasil)
- Ph.D. Patricia Tuxi dos Santos (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Paulo Campanha Santana (UDF - DF, Brasil)
- Ph.D. Pedro Ivo Gricoli Iokoi (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Regina Maria de Souza (UNICAMP - SP, Brasil)
- Ph.D. Tânia Ferreira Rezende (UFG - GO, Brasil)
- M.Sc. Camila Danielle de Jesus Benincasa (USP - SP, Brasil)
- M.Sc. Olinda Vicente Moreira (Universidade de Coimbra - Coimbra, Portugal)
- M.Sc. Vinícius Alves Scherch (UENP - PR, Brasil)

# Sumário

**Editorial ..... 9**

*Editorial*

(Alberto Carvalho Amaral)

**1) Educação em Direitos e promoção da saúde mental para pessoas em situação de rua: um estudo sobre o projeto RenovAÇÃO – vulnerabilidade Social – POP RUA da Defensoria Pública do Distrito Federal..... 14**

*Education in rights and promotion of mental health for people in situation of the street: a study on the project Renewal of the Public Defender's Office of the Federal District*

(Roberta de Ávila Silva Porto Nunes)

**2) Breves comentários acerca do instituto da mediação: entre inovações e ponderações ..... 25**

*Brief comments about the mediation institute: between innovations and weights*

(Emerson da Silva Mendes)

(Thiago Trindade de Almeida)

(Cristina Grobério Pazo)

**3) (In)acesso à justiça, exclusão digital educacional e pandemia: uma reflexão interdisciplinar ..... 43**

*(In)access to justice, educational digital exclusion and pandemic: an interdisciplinary reflection*

(Gustavo de Assis Souza)

(Daniela Marques de Moraes)

**4) A Defensoria Pública e a assistência jurídica aos pequenos empresários..... 61**

*The Public Defender's Office and access to justice for small businessman*

(Daniel Deggau Bastos)

**5) Assistência jurídica municipal à população hipossuficiente e acesso à justiça: uma análise à luz da ADPF nº 279 ..... 83**

*Municipal legal assistance to the hyposufficient population and access to justice: an analysis in the light of ADPF nº 279*

(José Albenes Bezerra Júnior)

(Lucas Gabriel Duarte Neris)

(Bruna Vitória de Oliveira Bezerra)

**Sobre os autores ..... 103**

*About the authors*

**Regras para envio de textos..... 107**

*Author Guidelines*

# Editorial

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF) apresenta o primeiro volume de 2022, composto por artigos que se debruçaram sobre o dossiê temático “Acesso à justiça no Brasil: desafios e propostas em múltiplos níveis”. Este tema será debatido nos dois primeiros números da RDPDF, indicando, além da complexidade, sua relevância e a pertinência de aprofundamento de estudos teóricos sobre o tópico.

O ponto primordial, em uma análise que não se limite – e, logo, se esvazie de um sentido mais completo – à atuação (e produção) jurídico formal deve considerar o aspecto de acesso à justiça em *lato sensu*, ou seja, compreendendo não apenas medidas judiciais ou que são mediadas pelo Poder Judiciário, situando essa possibilidade dentro de várias acepções, por outros órgãos e, também, dentro de vários espaços e possibilidades de interações. Inclusive no âmbito das comunidades, fora das oficialidades e com as demandas e respostas instantâneas gestadas comunitariamente. Evidencia-se que acessar a Justiça, nesta acepção, é bem mais que a resposta estatal concretizada por instrumentos formais e legalmente delimitados.

Assim, “de um ponto de vista sociológico, o Estado contemporâneo não tem o monopólio da produção e distribuição do direito. Sendo embora o direito estatal o modo de juridicidade dominante, ele coexiste na sociedade com outros modos de juridicidade, outros direitos que com ele se articulam de modos diversos (...)” (SANTOS, 1985, p. 175).

Daí advém o relevante papel defensorial, na medida em que se concretiza como ator qualificado para o alargamento e democratização do acesso à justiça (SOUSA JUNIOR; AMARAL; RAMPIN, 2020, p. 805), o que vem no bojo de um direito plural, não formal, emancipador (SOUSA JUNIOR, 2008, p. 277). E nisso a relevância da Defensoria Pública, seja na prestação do serviço defensorial, como em outras medidas que vão ao encontro de garantir assistência jurídica plena e integral, aos grupos socialmente vulnerabilizados.

Não por outro motivo a Constituição da República, especialmente após o advento da Emenda Constitucional n. 80/2014, e a Lei Complementar 80/1994 orientam o fazer defensorial no sentido de promoção de justiça a grupos socialmente vulnerabilizados. Cabe à Defensoria Pública, enquanto metagarantia concretizadora do direito à cidadania essencial de garantir direitos, implementar medidas inúmeras para promover o acesso à Justiça, não necessariamente com o

ingresso de ações ou intervenções em processos judiciais (AMARAL, 2017; AMARAL; MACHADO; ZACKSESKI, 2022, p. 26), compreendendo este acesso como medida necessária e essencial para a promoção de direitos humanos e para a tutela do mínimo existencial para um grande grupo de pessoas que se situam deslocadas dos avanços culturais, econômicos e sociais. Medidas que não se encerram no âmbito criminal e que devem ser implementadas mesmo diante de episódios sociais graves ou epidemias, diante da relevância e da imprescindibilidade (AMARAL; BELMONTE AMARAL, 2021; SOUSA JUNIOR; RAMPIN, AMARAL, 2021).

Os artigos que compõe este número da RDPDF irão se aprofundar em temas sensíveis e necessários, seja no atendimento a pessoas em situação de rua; nas possibilidades de resolução de litígios por modelos não conflitivos, como a mediação; nos efeitos, ainda deletérios e presentes, da vulnerabilidade digital agravada pela pandemia<sup>1</sup>, no contexto educacional; na assistência jurídica a pequenos empresários pela Defensoria Pública; nas perplexidades, ainda não solucionadas e com aparente escape da previsão constitucional, derivadas da abertura propiciada pelo Supremo Tribunal Federal a municípios legislarem sobre assistência jurídica.

*Em Educação em Direitos e promoção da saúde mental para pessoas em situação de rua: um estudo sobre o projeto RenovAÇÃO – vulnerabilidade Social – POP RUA da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Roberta de Ávila Silva Porto Nunes apresenta os resultados do mencionado projeto, e em que medida proporcionou educação em direitos e promoção de saúde mental para os participantes, com potencial concretização da cidadania pelo restabelecimento de laços sociais, institucionais e de redes de apoio, que termina por assegurar o direito à assistência jurídica como instrumento de efetivação dos direitos que integram o mínimo existencial.

*Breves comentários acerca do instituto da mediação: entre inovações e ponderações*, de Emerson da Silva Mendes, Thiago Trindade de Almeida e Cristina Grobério Pazo, irá abordar essa forma de resolução alternativa de disputa e como ainda se verifica carência de políticas públicas efetivas e abrangentes para sua adequada efetivação.

No artigo *(In)acesso à justiça, exclusão digital educacional e pandemia: uma reflexão interdisciplinar*, Gustavo de Assis Souza e Daniela Marques de Moraes, problematizam como a pandemia da Covid-19 impactou na educação básica, forçadamente migrada do ensino presencial para o digital, e como as Tecnologias da Informação e Comunicação ainda estão distantes da solução dessa questão, especialmente, no âmbito da educação básica.

<sup>1</sup> A esse respeito, no contexto sociojurídico: Amaral (2022).

*A Defensoria Pública e a assistência jurídica aos pequenos empresários*, de Daniel Deggau Bastos, trata a respeito das possibilidades de a Defensoria Pública prestar assistência jurídica em matéria empresarial. Após apresentar estudo sobre nuances do direito empresarial, volta-se para analisar a condição dos empreendedores MEI, os quais têm aumentado, em números e relevância, no cenário nacional, e que podem apresentar-se como beneficiários do serviço defensorial, o que, em seu entender, não desvirtuaria a atuação do órgão.

José Albenes Bezerra Júnior, Lucas Gabriel Duarte Neris e Bruna Vitória de Oliveira Bezerra, em *Assistência jurídica municipal à população hipossuficiente e acesso à justiça: uma análise à luz da ADPF nº 279*, irão estudar detidamente o decidido pela Suprema Corte quanto à possibilidade de instalação de assistências jurídicas municipais no âmbito dessa arguição de descumprimento de preceito fundamental.

*A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal* agradece aos colaboradores, autores, autoras, pareceristas convidados e todos os componentes do Conselho Editorial, bem como convida à leitura do presente número, instigando debates e sugestionando pensamentos críticos, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento de uma cultura de direitos.

*Alberto Carvalho Amaral*

*Editor-chefe*

*Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*

## Referências

AMARAL, Alberto Carvalho. **A violência doméstica a partir do olhar das vítimas**: reflexões sobre a Lei Maria da Penha em juízo. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

AMARAL, Alberto Carvalho. Considerações sobre as possibilidades e os desafios da inteligência artificial aplicada à Defensoria Pública. In: Rodrigo Freitas de Palma; Camila Nogueira de Resende Lopes Ribeiro, Fernanda da Rocha Teixeira. (Orgs.). **Direito, Tecnologia e Telecomunicações**. Curitiba: Juruá, 2022, v. 1

AMARAL, Alberto Carvalho; BELMONTE AMARAL, Luciana Lombas. A Defensoria Pública e a procura de um direito emancipatório em contexto pandêmico. In: AMARAL, Alberto Carvalho; ALVES, Cleber Francisco; MAIA, Maurilio Casas (Orgs). **Defensoria Pública e Covid-19 no cenário intra e pós-pandêmico**. 1 ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2021, v. 1, p. 73-104

AMARAL, Alberto Carvalho; MACHADO, Bruno Amaral; ZACKSESKI, Cristina. A Defensoria Pública e o sistema de justiça criminal: possibilidades de novas interlocuções após a Emenda Constitucional n. 80/2014. In: AMARAL, Alberto Carvalho; MACHADO, Bruno Amaral;

ZACKSESKI, Cristina (Orgs.). **Direito Penal e Acesso à Justiça**: múltiplos olhares e dimensões do fenômeno criminal. Coleção Acesso à Justiça Políticas Públicas, vol. 1. Belo Horizonte: D'Plácido, 2022, p. 21-56.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução à Sociologia da Administração da Justiça. **Revista de Processo**, n. 37. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade**: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUSA JUNIOR, Jose Geraldo de; AMARAL, Alberto Carvalho; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Exigências críticas para uma Defensoria Pública e popular: contribuições desde “O Direito Achado na Rua”. In: SIMÕES, Lucas Diz et ali. (Orgs). **Defensoria Pública e a tutela estratégica dos coletivamente vulnerabilizados**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020, p. 803-826.

SOUSA JUNIOR; Jose Geraldo de; RAMPIN, Talita Tatiana Dias; AMARAL, Alberto Carvalho. A pandemia e o isolamento de direitos: uma análise a partir da perspectiva de O Direito Achado na Rua. In: SOUSA JUNIOR; Jose Geraldo de; RAMPIN, Talita Tatiana Dias; AMARAL, Alberto Carvalho (Orgs.). **Direitos Humanos e Covid-19**: grupos sociais vulnerabilizados e o contexto da pandemia. Vol. 1. Belo Horizonte: D'Plácido, 2021.

# Sobre os Autores

## **Bruna Vitória de Oliveira Bezerra**

Graduanda em Direito pela Universidade Federal Rural de Semiárido, UFERSA. Membro do Grupo de Estudos em Conflito e Acesso à Justiça, GECAJ.

## **Cristina Grobério Pazo**

Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho (2006); Mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (1997). Líder do Grupo de Pesquisa em Direito das Relações Privadas (DIVA/UFSB - CNPq). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: mediação, locação, posse, propriedade, responsabilidade civil, direito de família, privacidade e proteção de dados. Desenvolve também estudos científicos interdisciplinares na interseção entre direitos humanos, gênero e sexualidade; direito e novas tecnologias.

Daniel Deggau Bastos Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Defensor Público do Estado de Santa Catarina.

## **Daniela Marques de Moraes**

Professora Adjunta de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília - FD/UnB. Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília - FD/UnB (2021-2024). Doutora em Direito pela Universidade de Brasília - UnB (2014). Mestre em Direito pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha (2003). Bacharel em Direito pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha (1998). Realizou pesquisa pós-doutoral em Direito Processual Civil na Universidad Carlos III de Madrid (2019). Tem experiência na área de Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: Acesso à Justiça, Direitos Fundamentais e Garantias Processuais.

## **Emerson da Silva Mendes**

Advogado Criminal. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade (PPGES) pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Pós-graduando em Execução Penal (2022), Pós-graduando em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade Legale (2022). Especialista em Direito Penal e Processo Penal pelo Centro Universitário União das Américas (UniAmérica - 2021), Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA - 2020), Bacharel

em Direito pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB - 2021). Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB - 2018). Dedicou-se aos estudos dos Gêneros e Sexualidades com ênfase nas áreas da Criminologia, Violência e Segurança Pública, Cárcere e Direitos Humanos.

### **Gustavo de Assis Souza**

Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa Constituição e Democracia. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Goiás (Uni-Goiás). Coordenador do grupo de estudos e pesquisa Constituição, Democracia e Direitos Fundamentais. Membro da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e Associação Ibero Americana de Direito e Inteligência Artificial (AID-IA). Associado à Rede de Estudos Empíricos em Direito (REED). Integrante do grupo de pesquisa em Processo Civil, Acesso à Justiça e Tutela dos Direitos (UNB) e Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial (DRIA.UnB). Faz parte da equipe editorial da Revista de Direito da Universidade de Brasília (ISSN 2357-8009). Parecerista em periódicos jurídicos nacionais. Criador do MestrandoCast. Advogado. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional e Processo Civil. Pesquisa os seguintes temas: acesso à justiça, desigualdades e novas tecnologias.

### **José Albenes Bezerra Júnior**

Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Adjunto da Universidade Federal do Semiárido (UFERSA). Coordenador do Grupo de Estudos em Conflito e Acesso à Justiça (GECAJ/UFERSA/CNPq)

### **Lucas Gabriel Duarte Neris**

Graduando em Direito pela Universidade Federal Rural de Semiárido, UFERSA. Membro do Grupo de Estudos em Conflito e Acesso à Justiça, GECAJ.

### **Roberta de Ávila Silva Porto Nunes**

Psicóloga Especialista e Perita de Trânsito (UNB) Especialista em Gestão Estratégica em Organizações Públicas. Especialista em Neuropsicologia. Especialista em Direito e Gênero. (ESMA- TJDFT) Especialista em Saúde da População em Situação de Rua com foco na população negra.(UNB) Especialista em Psicologia Positiva, Ciência do Bem-Estar e Autorrealização PUCRS), Graduanda em Gerontologia (UNINTER). Mestranda em DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL- UNB. Psicóloga da Secretaria de Educação do Distrito Federal.( SEEDF) Subsecretária de Atividade Psicossocial da Defensoria Pública do Distrito Federal desde 2016. Mediadora do

Tribunal de Justiça ( TJDFT) desde 2017. Idealizadora e coordenadora de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica, mulheres vítimas de violência doméstica, servidores públicos, pessoas em vulnerabilidade social, pessoas idosas.

### **Thiago Trindade de Almeida**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES), na Universidade Federal do Sul da Bahia. Pós-Graduando em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) em parceria com a Faculdade CERS. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Sul da Bahia (2021) Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal do Sul da Bahia (2018). Membro do Grupo de Pesquisa Pluralismo Jurídico e Usos Emancipatórios do Direito. Membro do Programa Permanente de Extensão em Direitos Humanos (PEXDH). Âmbito de pesquisa nas áreas de Direito Penal, Processual Penal e Criminologia, desenvolvendo estudos acadêmicos voltados, principalmente, à dogmática penal e à política criminal de drogas.



# Regras para envio de textos

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal recebe trabalhos inéditos redigidos em português, inglês, espanhol e italiano.

Os artigos devem ter no mínimo 15 (quinze) e no máximo 25 (vinte e cinco) laudas, excluídas as páginas de referências bibliográficas, redigidas conforme os padrões da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e as regras de formatação abaixo indicadas. As resenhas devem possuir de 5 (cinco) a 10 (dez) laudas.

Textos mais ou menos extensos poderão ser publicados, a critério do Editor Responsável, caso seu tamanho seja justificável.

Para assegurar a confidencialidade no momento de avaliação da contribuição, preservando o *double blind peer review*, o(s) autor(es) devem evitar realizar qualquer tipo de identificação pessoal durante o corpo do texto.

O texto deve conter:

- a) Título do artigo em português (ou no idioma em que o texto está redigido), guardando pertinência direta com o conteúdo do artigo;
- b) Tradução do título para o inglês ("TITLE")
- c) Resumo em português (ou no idioma em que o texto está redigido) com, no mínimo, 100 (cinquenta) e, no máximo, 250 (duzentos e cinquenta) palavras;
- d) Até 5 (cinco) palavras-chave em português (ou no idioma em que o texto está redigido);
- e) Abstract (tradução do Resumo para o inglês);
- f) Keywords (tradução das palavras-chave para o inglês);
- g) Referências bibliográficas ao final do texto, segundo as regras da ABNT.
- h) As citações devem ser feitas em autor-data. Deve-se utilizar nota de rodapé para informações complementares, porém relevantes, ao artigo, que devem seguir rigorosamente o padrão da ABNT, com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples, justificado.

Os artigos e resenhas devem observar a seguinte formatação:

tamanho da folha: A4

margens: esquerda = 2 cm, direita = 2 cm, superior = 2 cm e inferior = 2 cm

fonte: Times new roman, tamanho 12

espaço entre linhas: 1,5 (um e meio).

alinhamento: justificado.

não colocar espaço entre os parágrafos ("enter").

Título do artigo/resenha: centralizado, em caixa alta, negrito, fonte com tamanho 14.

Deve-se evitar citações diretas destacadas, apenas quando elas forem essenciais para o conteúdo da contribuição. Deverão ser incorporadas no corpo do texto, com utilização de aspas, quando não ultrapassarem 3 (três) linhas. Se possuírem 4 (quatro) linhas ou

mais, deverão ser destacadas, com recuo de 4cm, à esquerda, justificadas, com espaçamento simples entre linhas e fonte com tamanho 11.

#### REFERÊNCIAS

Para as referências às obras citadas ou mencionadas no texto, deve-se utilizar o sistema autor-data. A indicação do nome dos autores no texto deve ser feita de modo padronizado, mencionando-se seu SOBRENOME, ano da obra e página (p. ex: SOBRENOME, ANO, p. ).

Neste sistema, a indicação da fonte é feita pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s), da citação, no caso de citação direta, separadas por vírgula e entre parênteses;

#### NOTAS DE RODAPÉ E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As notas de rodapé devem ser feitas no rodapé das páginas, de acordo com as normas da ABNT. As notas de rodapé devem observar a seguinte formatação. Fonte: Times New Roman, Tamanho 10, Espaçamento simples, Justificado.

As referências completas (Referências Bibliográficas) deverão ser apresentadas em ordem alfabética no final do texto, crescente, também de acordo com as normas da ABNT (NBR-6023).

Para mais informações: <http://revista.defensoria.df.gov.br>  
E-mail: [revista@defensoria.df.gov.br](mailto:revista@defensoria.df.gov.br)

# Author Guidelines

The *Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship* receives unpublished works written in Portuguese, English, Spanish and Italian.

Articles must have a minimum of fifteen (15) and a maximum of twenty five (25) pages, excluding bibliographical references, in accordance with the ABNT (Brazilian Association of Technical Norms) standards and the formatting rules listed below. Book reviews should be from five (5) to ten (10) pages.

At the discretion of the Editor, longer or shorter texts may be published.

To ensure confidentiality at the time of contribution evaluation, preserving the double-blind review, the author (s) should avoid any type of identification in the body of the text.

The text should contain:

- a) title of the article in Portuguese (or in the language in which the text is written), maintaining direct relevance to the content of the article;
- b) Translation of the title into English;
- c) Abstract in Portuguese (or in the language in which the text is written) with a minimum of 100 and a maximum of 250 words;
- d) Five key words in Portuguese (or in the language in which the text is written);
- e) abstract (translation of the abstract into English);
- f) Five keywords (translation of key words into English);
- g) Bibliographical references at the end of the text, according to ABNT rules.
- h) The citations should be made in the author's data. A footnote should be used for essential information to the article, which must strictly follow the ABNT standard, with font Times New Roman, size 10, single spacing, justified.
- i) citations should be avoided in the body of the text, especially transcriptions.

Articles and revisions should note the following formatting:

- Sheet size: A4
- Margins: left = 2 cm, right = 2 cm, upper = 2 cm and lower = 2 cm
- Source: Times New Roman, size 12
- Line spacing: 1.5 (one and a half).
- Alignment: Justified.
- Do not place spaces between paragraphs.

Title of the article / review: centralized, uppercase, bold, font size 14.

The quotes should be avoided. Use it only when they are essential to the content of the contribution. They should be incorporated in the body of the text, with the use of quotation marks, when they do not exceed 3 (three) lines. If they have 4 (four) lines or more, they should be highlighted, with a 4cm indentation on the left, justified, with single line spacing and font size 11.

## REFERENCES

For references to works cited or mentioned in the text, the author-date system (APA) must be used. The name of the authors in the text should be made in a standardized way, mentioning their SURNAME, year of the work and page (eg SURNAME, YEAR, p.). In this system, the indication of the source is made by the last name of each author or by the name of each responsible entity until the first punctuation mark followed by the publication date of the document and the page (s) of the citation , in the case of direct quotation, separated by commas and in parentheses;

#### FOOTNOTES AND BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES

Footnotes should be made at the bottom of the pages, according to ABNT standards. Footnotes should note the following formatting. Source: Times New Roman, Size 10, Simple Spacing, Justified.

The complete references (Bibliographical references) should be presented in alphabetical order at the end of the text, increasing, also according to ABNT norms (NBR-6023).

More information: <http://revista.defensoria.df.gov.br>

E-mail: [revista@defensoria.df.gov.br](mailto:revista@defensoria.df.gov.br)